

Ficha de unidade curricular

Curso de licenciatura em Direito

Unidade curricular

Ciência Política (opcional)
Ano letivo 2023/2024

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Vitalino José Ferreira Prova Canas, turma A noite, 2horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Mafalda Serrasqueiro

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Tratando-se de disciplina do primeiro ciclo e do primeiro contacto dos alunos com a Ciência Política, haverá a preocupação de garantir, antes do mais, a assimilação dos conceitos, métodos e temas básicos da disciplina.

Assim, visa-se assegurar que os alunos fiquem em condições de:

- Compreender a diferença do ponto de vista ontológico, epistemológico e metodológico entre a Ciência Política e outras ciências, designadamente a Ciência do Direito e, dentro deste campo, a Ciência do Direito Constitucional.
- Adquirir uma visão geral sobre o modo como o fenómeno político – aquisição, manutenção e exercício do poder político – foi entendido ao longo dos tempos, bem como os diferentes métodos de estudo e teorização.
- Conhecer os pilares estruturais fundamentais e os quadros normativos de qualquer sistema político, quer do ponto de vista estático (institucional, normativo), quer do ponto de vista dinâmico (relacional, comportamental).
- Dominar as distinções básicas em relação aos sistemas de governo modernos, aos sistemas de partidos e aos sistemas eleitorais.
- Analisar criticamente os desafios que atualmente se colocam aos sistemas democráticos e detetar as suas fragilidades e condições de evolução.

Conteúdos programáticos

CAPÍTULO I

OBJECTO, MÉTODO, ÂMBITO E FINALIDADES DA CIÊNCIA POLÍTICA

1. A política e o poder político como incontornáveis objetos de estudo
2. A Ciência Política no confronto com outras Ciências
 - 2.1. História Política
 - 2.2. Sociologia Política
 - 2.3. Economia Política
 - 2.4. Filosofia Política
 - 2.5. Teoria do Estado



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.6. Estudos Políticos ou sobre política
- 2.7. Políticas públicas
- 2.8. Relações Internacionais
- 2.9. Ciências Jurídicas
3. Formação e desenvolvimento da Ciência Política
 - 3.1. A época clássica do pensamento normativo sobre a política
 - 3.2. A aproximação institucional ao fenómeno político
 - 3.3. Superação do paradigma normativista e institucional
 - 3.4. A revolução «behavioralista» (comportamentista)
 - 3.5. A «revolução» das escolhas racionais
 - 3.5.1. Reacção ao radicalismo comportamentista e econométrico
4. Parâmetros de estudo da política
 - 4.1. O objeto da Ciência Política
 - 4.1.1. Política
 - 4.1.2. Poder Político
 - 4.1.2.1. Distribuição do poder político
 - 4.1.2.2. Perspetivas de aproximação ao poder político
 - 4.1.2.2.1. Perspetivas estática e dinâmica
 - 4.1.2.2.2. Perspetiva direta e indireta
 - 4.2. Finalidades da Ciência Política
 - 4.3. Método da Ciência Política
 - 4.4. A imprescindibilidade de uma base teórico-política
 - 4.5. A irrupção dos valores na esfera da Ciência



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

CAPÍTULO II

A REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA AO LONGO DOS SÉCULOS

5. As raízes helénicas
 - 5.1. Platão
 - 5.2. Aristóteles
6. O pensamento político chinês clássico
 - 6.1. Períodos na história do pensamento chinês
 - 6.2. O período da criatividade
 - 6.3. Princípios de cada uma das escolas
7. A república romana
 - 7.1. Políbio
 - 7.2. Cícero
8. A influência escolástica no pensamento ocidental
 - 8.1. Santo Agostinho
 - 8.2. S. Tomás de Aquino
9. Marsílio de Padua
10. Maquiavel
11. Jean Bodin
12. Altúsio



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

13. Hobbes
14. John Locke
15. Montesquieu
16. Rousseau
17. Kant
18. Hegel
19. Karl Marx

CAPÍTULO III

AS FORMAS DE GOVERNO

20. Os Conceitos
 - 20.1. Tipo histórico de Estado
 - 20.2. Forma de estado
 - 20.3. Regime político constitucional
 - 20.4. Sistema constitucional de governo
 - 20.5. Forma de governo
 - 20.6. Sistema político e seus subsistemas
 - 20.6.1. (Sub)sistema de governo
 - 20.6.2. (Sub)sistemas de partidos e eleitoral
 - 20.7. Razão de ordem
21. Legitimidade



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 22. Participação política
 - 22.1. Formas de participação política em geral
 - 22.2. Participação formal direta na decisão política
 - 22.2.1. Eleições
 - 22.2.2. Mecanismos da chamada democracia directa ou semidirecta
 - 22.3. Participação formal indireta na decisão política
 - 22.3.1. Representação política
 - 22.3.2. Representação corporativa (democracia participativa)
 - 22.3.3. Mecanismos da chamada democracia deliberativa
 - 22.4. Síntese das formas de participação política
- 23. O pluralismo político
- 24. Ideologia
- 25. Proliferação dos centros de poder e dos protagonistas políticos inorgânicos
- 26. Classificação das formas de governo

Sub Capítulo II

Sistema político

Seção I

SISTEMAS DE GOVERNO MODERNOS (EM GERAL)

- 27. Aspectos fundamentais da classificação dos sistemas de governo
 - 27.1. Concentração ou divisão do poder
 - 27.1.1. O debate teórico
 - 27.1.2. A renovada atualidade da divisão de poderes
 - 27.2. Análise estática
 - 27.2.1. As funções
 - 27.2.2. Quantos e quais os órgãos que partilham o poder político?
 - 27.3. Análise dinâmica ou relacional
 - 27.3.1. Constituição do órgão



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

27.3.2. Funcionamento corrente

27.3.3. Cessação ou interrupção de funções de titulares de órgãos ou cargos

27.4. Tipos de relações fundamentais entre órgãos

27.5. Sequência

Seção II

Os sistemas de governo em particular

28. Sistema parlamentar

28.1. Características comuns e tipos

28.2. Sistema parlamentar de gabinete

28.3. Sistema parlamentar de assembleia

28.4. Sistema parlamentar racionalizado

28.5. Modalidades híbridas

28.6. Dinâmicas dos sistemas parlamentares

28.7. Em particular o sistema parlamentar de gabinete no Reino Unido

28.7.1. Formação histórica

28.7.2. Os órgãos

28.7.3. Coroa

28.7.4. Câmara dos Lordes

28.7.5. Câmara dos Comuns

28.7.6. Gabinete e Primeiro-Ministro

29. Sistema presidencial

29.1. Tipos de sistema presidencial

29.1.1. O sistema presidencial de executivo simples

29.1.1.1. O sistema presidencial de executivo simples dos Estados Unidos

29.1.1.1.1. Formação histórica

29.1.1.1.2. Sistema de partidos e sistema eleitoral

29.1.1.1.2.1. Formação do sistema partidário

29.1.1.1.2.2. Tendências do sistema partidário



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

29.1.1.1.2.3. As escolhas eleitorais

29.1.1.1.3. Federalismo

29.1.1.1.4. Os órgãos do sistema presidencial norte
americano

29.1.1.1.4.1 O Presidente

29.1.1.1.4.2. O Congresso

29.1.1.1.5. O Supremo Tribunal

29.1.1.1.6. Desenvolvimento recente do sistema
presidencial norte americano

29.1.1.1.7. Conclusão

29.1.2. Sistema presidencial de executivo complexo

29.1.2.1. O sistema de executivo efetivamente complexo: o
caso francês

29.1.2.2. O sistema presidencial de executivo nominalmente
complexo: os casos da República da Coreia e de Taiwan

29.1.3. Sistema presidencial de assembleia

30. Sistema semipresidencial

30.1. Antecedentes históricos e formação do sistema semipresidencial

30.2. A construção científica do conceito de sistema de governo
como triunfo da “intuição científica” semipresidencial

30.3. A necessidade da superação da imprecisão conceptual

30.4. Caracterização estrutural do sistema semipresidencial

30.4.1. Princípio estrutural básico

30.4.2. A distribuição de poderes do sistema semipresidencial

30.4.3. Legitimidade democrática equivalente dos três órgãos do
tríplice semipresidencial

30.4.4. Síntese e aplicação aos exemplos de Duverger

30.5. Funcionamento do sistema semipresidencial

30.6. Matrizes dos sistemas semipresidenciais

30.7. A escolha semipresidencial

30.8. Por que falham os sistemas semipresidenciais?



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

30.9. O sistema semipresidencial português

30.9.1. Visão geral

30.9.2. A década 2011-2021

30.9.2.1. XIX Governo (2011-2015)

30.9.2.2. XXI e XXII Governos (2015-2022)

31. O sistema diretorial: características gerais do sistema directorial

31.1. Em especial, o sistema directorial da Suíça

32. Referência breve a outros sistemas de governo

32.1. Sistema de governo presidencialista sem concentração de poderes

33. Sistemas sem separação de poderes

33.1. Características gerais

33.2. O sistema de governo soviético

33.3. O sistema de governo nazi-fascista

33.4. O sistema de socialismo marxista terceiro mundista

33.5. Sistema de governo presidencialista com concentração de poderes

33.6. Sistema de governo de tutela militar

33.7. Sistema de governo de tutela confessional

33.8. Sistema de monarquia absoluta

CAPÍTULO IV

SISTEMAS DE PARTIDOS

34. Os partidos políticos

34.1. Introdução

34.2. As origens dos partidos políticos

34.3. O que distingue os partidos políticos de outras organizações de vocação política e social,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

nomeadamente os grupos de interesse e os movimentos sociais organizados?

34.4. As classificações e tipologias dos partidos políticos

34.5. A posição “espacial” (a geografia política) dos partidos políticos

34.6. A organização interna dos partidos políticos

34.7. As funções dos partidos políticos

34.8. A origem social dos militantes e dos dirigentes -superiores e intermédios- e o seu recrutamento ou escolha, bem como dos candidatos a cargos políticos

34.9. O financiamento dos partidos políticos (o impacto do financiamento crescentemente público)

34.10. Os sistemas de partidos

34.10.1. Perspectiva estática

34.10.1.1. As classificações clássicas dos sistemas partidários

34.10.1.2. Classificação adotada

34.10.2. Perspectiva dinâmica

34.11. A tese do congelamento do sistema de partidos e o caso português

34.12. Erosão partidária e da democracia

34.12.1. Erosão partidária

34.12.2. Erosão da democracia representativa partidária

34.12.3. Democracia sem partidos?

CAPÍTULO V

O POPULISMO MODERNO

35. O fenómeno do populismo moderno

35.1. A formação do populismo

35.2. Populismo: caracterização preliminar

35.3. Diferentes faces do populismo

35.4. Populismo ocasional ou esporádico e populismo sistemático ou persistente



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

35.5. Os campos férteis para o populismo

35.6. Conclusão

CAPÍTULO VI

OS SISTEMAS ELEITORAIS

36. Sistemas eleitorais

36. 1. As dimensões e as repercussões dos sistemas eleitorais

36.2. Princípio de representação

36.3. Eleição de titulares de um único ou, simultaneamente, de vários órgãos políticos

36.4. O objeto do voto

36.5. De quantos votos o eleitor dispõe e como os pode usar, em função do tipo de lista

36.6. Configuração, dimensão, número e níveis das circunscrições eleitorais

36.6.1. A tentação das engenharias

36.6.2. Critério do número de candidatos eleitos na circunscrição

36.6.3. Critério da correspondência territorial

36.6.4. Critério do número de circunscrições

36.6.5. Critério do número de níveis

36.6.6. Critério da função

36.6.7. Critério da igualdade do voto

36.7. Apparentement

36.8. Cláusula barreira

36.9. Regime do exercício do voto

36.10. Método de conversão dos votos dos eleitores em mandatos (fórmula eleitoral)

36.10.1. Sistemas de representação maioritária

36.10.1.1. Sistema da maioria simples

36.10.1.2. Sistema da maioria absoluta

36.10.1.2.1. Sistema maioritário, uninominal, a duas voltas



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

36.10.1.2.2. Sistema de voto preferencial ou alternativo

36.10.2. Sistemas de representação proporcional

36.10.2.1. Sistemas de representação proporcional com métodos do divisor, de média mais alta ou do número maior

36.10.2.1.1.1. Sistema de lista e círculos, com fórmula d'Hondt (sistema de representação proporcional mais vulgar).

36.10.2.1.1.2. Sistema de representação proporcional com fórmula de *Sainte-Laguë* modificada

36.10.2.2. Sistemas de representação proporcional de quociente eleitoral ou de quota

36.10.2.2.1. Sistema de Hare

36.10.2.2.2. Sistema Droop ou Hagenbach-Bischoff

36.10.2.2.3. Sistemas Imperiali normal e reforçado

36.10.2.2.4. A atribuição dos mandatos remanescentes no sistema de quociente eleitoral

36.10.2.3. Efeitos sobre o índice de proporcionalidade

36.10.2.4. Estudo de um caso particular: sistema de voto único transferível (VUT)

36.10.2.5. Estudo de um caso particular: sistema proporcional personalizado

36.10.3. Vantagens e desvantagens dos sistemas mais usados

37. A relação entre sistema eleitoral e sistema de partidos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos foram escolhidos numa perspetiva de formação básica e domínio dos quadros, padrões e conceitos de Ciência Política, a serem lecionados sumariamente num conjunto reduzido de aulas teóricas.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Haverá a repartição de matérias entre aulas teóricas e aulas práticas.

As aulas teóricas estão cargo do regente da UC, assentando na apresentação dos temas numa perspetiva sistemática e coerente com uma visão global do fenómeno político. As matérias dos capítulos I e II serão versadas apenas nas aulas teóricas.

As aulas práticas incidirão essencialmente sobre as demais temáticas, particularmente os sistemas de governo, de partidos e eleitorais e visam estimular a intervenção dos alunos e o debate generalizado com vista a consolidar a compreensão das matérias e a permitir a avaliação dos alunos.

A avaliação obedece aos seguintes parâmetros:

Método A:

- Avaliação contínua realizada em aula prática, resultante de participação espontânea dos alunos ou de resposta a questões direcionadas individualmente pelo docente sobre temas do programa, eventualmente com base em textos ou trechos de textos científicos. Poderá haver a solicitação de comentários escritos sobre temáticas específicas. Esta componente da avaliação em método A contribuirá em 50% para a nota final neste método.

- Teste escrito obrigatório, valendo 50% da nota em método A.

A aprovação da disciplina verifica-se com a obtenção da nota de 10 valores, formada pela combinação das componentes anteriormente referidas.

Método B:

De acordo com as regras do Regulamento de Avaliação.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino visam a transmissão de conhecimentos básicos da disciplina, gerando a capacidade de os alunos estabelecerem interconexões com outras disciplinas do programa curricular e de adquirirem uma formação universalista que lhes venha a permitir um melhor desempenho de profissões jurídicas.

Bibliografia

Principal

Canas, Vitalino – *Ciência Política*, Almedina, Coimbra, 2022.

Complementar

Amaral, Diogo Freitas do – *Uma Introdução à Política*, Bertrand Editora, Lisboa, 2014.

Morais, Carlos Blanco de – *O sistema político no contexto da erosão da democracia representativa*, Almedina, Coimbra, 2017.

Novais, Jorge Reis – *Teoria das Formas Políticas e dos Sistemas de Governo*, 2.ª ed., AAFDL, Lisboa, 2019.

Pasquino, Gianfranco – *Curso de Ciência Política*, 2.ª ed., Principia, Cascais, 2010.

Vallés, Josep M. / Puig. Salvador Marti i – *Ciencia Política. Un Manual*, Ariel, Barcelona, 2015.

Curricular unit sheet



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Course _____

Curricular unit

(maximun 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximun 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximun 1000 characters)

Syllabus

(maximun 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.

(maximun 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximun 3000 characters)

Main Bibliography

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.